



TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIAS DA EDUCAÇÃO POPULAR DENTRO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Rosa Malvina Melo de Lima¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os Territórios de Resistência da Educação Popular no contexto dos Movimentos Sociais na Atualidade. São espaços onde a educação é usada como uma ferramenta para promover a consciência crítica sobre as estruturas de poder e de luta contra toda e qualquer tipo de desigualdade social que o homem esteja passando ou inserido. Esses territórios estão presentes em várias regiões do Brasil, como também no mundo e tem se tornado cada vez mais importantes na criação de um movimento popular global para tal mudança social. Alguns desses movimentos de resistência da educação popular dentro dos movimentos sociais na atualidade são: movimentos de luta por moradia, movimentos feministas, movimento ambientalistas, movimento de trabalhadores, entre outros. Eles são fundamentais para que todos tenham direito e acesso à educação e ter a sua voz ouvida. Os principais autores que embasaram esse estudo foram: Brandão (2006), Freire (2003), Butscher (2017), Tarlau (2023), entre outros que foram fundamentais para dar sustentação a essa pesquisa. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa e bibliográfica. Os resultados apontam que há uma necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema, pois são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Territórios de Resistências, Educação Popular, Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo refletir sobre os Territórios de Resistência da Educação Popular no contexto dos Movimentos Sociais na atualidade. Os movimentos sociais possuem diferentes formas de resistência dentro do campo da educação popular. A educação popular busca promover a conscientização, empoderamento e transformação social através de práticas participativas e coletivas. Entende-se por território de resistência uma denominação dada para os grupos de cultura de identidade que lutam por alteridade e elaboram estratégias de conservação e expansão de seus valores culturais mediada por uma direção política em oposição ao pensamento hegemônico do capital e de homogeneização cultural, contestam a imposição da cultura majoritária a partir da sua

¹ Especialista em História do Brasil pelo Centro Universitário Osman Lins - UNIFACOL, rosamalvina@hotmail.com;

singularidade de grupo que tenta preservar e ampliar seus projetos políticos de expansão de suas territorialidades.

Defende-se neste trabalho que os movimentos sociais e seus territórios de resistência podem ressignificar memórias, identidades e histórias vividas pelos sujeitos que se articulam para superar a opressão e as diversas cercas sociais as quais são impostas a esses movimentos. Podem contribuir com suas experiências para a democratização e socialização de poder, superação de desafios e afirmação de identidades, vislumbrando o fortalecimento de um ambiente social e coletivo.

Essa pesquisa é bibliográfica, de natureza qualitativa onde buscou-se fazer leituras de artigos científicos no site SciELO e livros com o tema em questão para dar suporte à base teórica desse estudo. Para tanto, buscou-se autores como Freire (2002-2006), Brutscher (2017), Tarlau (2023), entre outros que foram de grande importância para fundamentar esse estudo.

Portanto a reflexão trazida por essa pesquisa, diz respeito à necessidade política e pedagógica de se pensar o movimento social e seus territórios de resistência como uma das matrizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos.

Como resultados percebeu-se a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema, pois são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

METODOLOGIA

Essa pesquisa tem como método a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa com o objetivo de analisar a importância dos territórios de resistências da educação popular dentro dos movimentos sociais.

Partindo de uma revisão bibliográfica composta pelos principais autores e estudiosos da área, principalmente Brandão (2006), Freire (2000-2003), Gohn (1997), Brutscher (2017), Tarlau (2023), entre outros que foram fundamentais para reforçar a base teórica desse estudo.

Assim, o objetivo desse estudo é refletir sobre os Territórios de Resistência da Educação Popular no contexto dos Movimentos Sociais na atualidade, além de traçar um paralelo e entender os diferentes territórios de resistência da educação popular dentro dos movimentos sociais.

Estudo de natureza qualitativa que permite a compreensão do porquê das coisas e como os resultados chegaram a essa compreensão.

Nesse sentido, Moura (2021, p. 27), coloca:

A pesquisa qualitativa objetiva compreender e interpretar os significados de um determinado grupo social. Ela está apoiada em uma perspectiva, em que se acredita que as realidades são múltiplas e socialmente construídas, gerando significados distintos para os diferentes indivíduos; segundo tal perspectiva, um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto do qual faz parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Analisar comportamentos, opinião e expectativas dos indivíduos necessita de uma metodologia que considere essas diferenças e complexidades; o termo ‘pesquisa qualitativa’ é utilizado de modo genérico para designar muitas tradições distintas de pesquisas. Assim, diante da diversidade de perspectivas, as formas de fazer ciências não seguem um único modelo padrão.

Dessa maneira, a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão a partir de um grupo social de uma organização.

Como resultado, percebe-se que os temas abordados ainda necessitam de estudos mais aprofundados. Esses territórios estão presentes em várias regiões do Brasil, como também no mundo e tem se tornado cada vez mais importantes na criação de um movimento popular global para a mudança social.

TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIAS

Segundo Poupeau (2007), estes movimentos transformam os meios em fins, o êxito é dado não pelas conquistas, mas pelo número de participantes e seu impacto midiático na sociedade. O movimento torna-se dependente da opinião pública, pois é preciso que a sociedade manifeste o conhecimento da ação, precisa que discuta e debata o que está demandando, reclamando ou denunciando, para que a ação coletiva venha a atingir reconhecimento e legitimidade social. A mídia e sua cobertura torna-se elemento estratégicos nesta configuração; ela contribui para a direção do movimento, pois o movimento social precisa de visibilidade. As críticas as altermundialistas destacam que, entre os participantes, nos megaeventos, quem detém de fato a fala são os porta-vozes autorizados, de certa forma já profissionais na política detentores de um capital militante onde a luta política se trava num combate de ideias e ideais, a questão simbólica é mais importante que os problemas concretos. O

processo de transformação social adquire facetas proféticas, místico, sem objetivo definido. Os processos efetivos de dominação existentes não aparecem nos discursos. Esses territórios de resistência dentro da educação popular e movimentos sociais são espaços físicos ou simbólicos onde as comunidades se organizam e se engajam em práticas de resistência contra a opressão e a dominação sistêmica. Esses territórios podem ser escolas, centros comunitários, espaços culturais ou qualquer lugar onde ocorra ações coletivas de educação popular e mobilização social.

Esses espaços são fundamentais para fortalecer as lutas das comunidades, promover a conscientização, a troca de conhecimento e a articulação política. Neles, as pessoas podem reivindicar seus direitos, promover a justiça social e construir alternativas às estruturas de poder existentes. Além disso, esses territórios também funcionam como redes de apoio para diversos grupos marginalizados, como mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ e outras minorias.

De acordo com Foucault (1979), dentro dos territórios de resistência, são realizadas atividades educativas que buscam não apenas transmitir conhecimentos, mais também empoderar as pessoas, despertar a consciência crítica e fortalecer a capacidade de agir coletivamente. Isso ocorre por meio de práticas pedagógicas participativas, diálogos horizontais, valorização das experiências locais e respeito à cultura e sabedoria tradicional.

Os territórios de resistência são estratégicos para a transformação social, uma vez que geram processos de mobilização popular e formação de lideranças comprometidas com a superação das desigualdades e injustiças. Eles representam espaços onde as vozes das comunidades são valorizadas, suas demandas são ouvidas e estratégias de luta são construídas coletivamente.

Segundo Paulo Freire (2003, p. 43), os movimentos sociais possuem diferentes formas de resistência dentro do campo da educação popular. A educação popular é uma abordagem educacional que busca promover a conscientização, empoderamento e transformação social através de práticas participativas e coletivas. Alguns dos territórios de resistência da educação popular dentro dos movimentos sociais incluem:

- 1- Oficinas e rodas de conversa: organização de encontros educativos onde ocorrem trocas de conhecimentos, debates e a construção coletiva de saberes. Estas atividades ajudam a fortalecer a consciência crítica e ações de transformação.

- 2- Escolas e centros de formação populares: Essas instituições são criadas pelos próprios movimentos sociais como espaços de educação alternativa, onde são abordados temas relevantes para a transformação social. São estruturas autônomas voltadas para a partilha de saberes e formação política.
- 3- Círculos de estudos: grupos de estudos que se reúnem regularmente para refletir sobre questões sociais, políticas e culturais. Através de leituras, análises e debates, busca-se aprofundar o entendimento dos participantes e fomentar ação coletiva.
- 4- Mídias alternativas: utilização de meios de comunicação independentes, como rádio comunitária, jornais populares, blogs e redes sociais, para disseminar informações e promover debates sobre temas relacionados aos movimentos sociais e à transformação social.
- 5- Mobilizações e manifestações públicas: participar de protestos, marchas, ocupações e outras formas de ação coletiva é também uma forma de educação popular, pois envolve a conscientização, a expressão política e a resistência em massa.

Assim, esses territórios de resistência da educação popular dentro dos movimentos sociais contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e consciente das suas lutas.

EDUCAÇÃO POPULAR

Os contextos da educação popular ampliam-se como forma de enfrentamento ao modo de produção capitalista, tendo em vista, que a estrutura social vigente é promotora de desigualdades sociais.

Segundo Streck (2012), entre as características da educação popular está a de acompanhar o movimento da sociedade, buscando sempre novos espaços para a sua realização. Educação e sociedade não podem ser entendidas separadas, mas a sua relação está longe de ser unívoca ou unilinear de uma para a outra.

A educação popular é definida como uma filosofia da educação, uma pedagogia, uma práxis, e um campo de saberes e práticas. Tem origem em movimentos sociais que insurgiram na América Latina contra os processos de colonização e os governos autoritários na segunda metade do século XX no Brasil.

A maior referência teórica dessa pedagogia é Paulo Freire (1983), que elabora uma crítica ao que ele denominou educação bancária, uma forma de educação que pressupõe que alguns detém o saber e outros não; os que sabem devem transferir conteúdos aos alunos desprovidos de saber. Com isso, é imprescindível que a educação popular venha no sentido de romper com as mais diversas formas de exploração social, com a finalidade de resguardar os valores, assegurar os direitos e conscientizar os indivíduos em seu meio.

De acordo com Tarlau (2023), é preciso repensar a educação tendo a escola como um espaço poderoso para os movimentos exercerem sua influência. O entendimento de que a educação popular como forma de expressão social, pode ser manifestada por meio de ações coletivas e dos movimentos populares. Ela é, acima de tudo, um esforço de organização e capacitação das classes populares (Freire; Nogueira, 2002, p. 19). Assim, permite-se que as classes populares possam estar inseridas em todos os meios sociais e que possam ter concepções vinculativas com os debates que se realizam em sociedade, que possam estar inseridas nos meios educacionais, nos meios políticos, contribuindo para a construção de processos de resistência resguardando aquilo que são transmitidos pelas suas gerações, pelos conhecimentos culturais e pelas tradições regionais perpetuando assim sua cultura e seus costumes. A educação popular e os movimentos sociais surgiram como a principal forma de garantir esse livre direito democrático de valores.

A educação popular nasceu fora da escola, no seio das organizações populares, mais seus princípios e sua metodologia que tem bases emancipatórias tiveram uma repercussão tão grande na sociedade que acabaram cruzando fronteiras e os muros das escolas, influenciando práticas educativas.

Brandão (1986, p. 26), coloca:

Um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas imersas ou não em outras práticas sociais, através das quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes é transferido entre grupos ou pessoas são a sua educação popular.

A Educação Popular é uma educação comprometida e participativa orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo, tendo como principal característica utilizar o saber da comunidade como matéria-prima para o ensino. O maior desafio é sempre a resistência, mesmo depois de tantos programas de ataques as minorias, onde

direitos adquiridos são retirados ou pelo menos tentam retirá-los, os movimentos sociais se reorganizam e se readaptam nas formas de lutas e reivindicações.

A Educação Popular e os Movimentos Sociais encontram-se em um processo de ressignificação e de nova articulação. Sabe-se que todo movimento social tem em seu entre meio de formação diferentes tipos de conhecimentos, que carregam princípios culturais dentro de seus territórios de resistência e que sistematiza e fundamenta seu movimento. Contudo, esse caráter educativo influencia a formação de tais movimentos, e assim, possibilita uma leitura plural e crítica da realidade de mundo onde os sujeitos estão inseridos. Por um lado, pode-se dizer que, a educação popular é a expressão pedagógica dos movimentos e está aliada na conquista de direitos políticos e civis. Ao mesmo tempo, enquanto processo pedagógico, ela é uma instância formadora e orientadora da sociedade e dos próprios movimentos sociais.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais surgiram como resultado da insatisfação de grupos de pessoas com a forma como eram tratados na sociedade. Os movimentos surgiram em diferentes momentos da história, sendo influenciados por diversas causas. Eles podem ser definidos como ações coletivas organizadas por grupos da sociedade civil que buscam alcançar objetivos políticos, sociais e culturais historicamente.

Os movimentos sociais surgiram a partir de demandas por justiça, igualdade e direitos, em situações de opressão, discriminação e desigualdade social. Alguns exemplos desses movimentos incluem o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, que lutava contra a segregação racial, o movimento feminista, que se organizou em torno de questões de igualdade de gênero, o movimento operário, que lutava por melhores condições de trabalho e salários e o movimento ambientalista que se preocupava com a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade.

Gohn (2000), afirma que a novidade dos movimentos populares também estava relacionada “com o reconhecimento da existência de sujeitos sociais que não se encaixavam na figuração tradicional e paradigmática da classe operária” (Gohn, 2000, p. 66). E que por isso era necessário investigar a singularidade dessa configuração.

A partir das lutas, muitos movimentos conseguiram avanços significativos em termos de direitos, oportunidades e participação política. Eles continuam a existir e a se organizar em todo o mundo para a lutar por causas diversas, que vão desde a igualdade

de gênero, passando por questões de raça, direitos dos povos indígenas e problemas sociais e ambientais.

Na atualidade, os movimentos sociais continuam sendo caracterizados como ações coletivas organizadas por grupos da sociedade civil que buscam alcançar objetivos políticos, sociais e culturais. Eles se manifestam de diferentes formas e meios, incluindo as redes sociais, protestos de rua, movimentos virtuais, entre outros.

Os movimentos sociais atuais surgiram em um contexto de grande desigualdade e injustiça social e têm como objetivo promover mudanças sociais e políticas em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Em alguns casos, os movimentos sociais atuais têm papel decisivo em levar debates importantes à agenda pública, pressionando as autoridades e representantes políticos, a tomar medidas em relação às demandas apresentadas. É importante destacar que esses movimentos são fundamentais para que a sociedade civil possa ter voz ativa na construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

Os movimentos sociais podem surgir por diversas razões: como a luta por direitos civis, igualdade de gênero, proteção ambiental, defesa dos direitos dos animais, combate à corrupção, resistência a regimes autoritários, entre outros. Geralmente, os movimentos sociais são liderados por pessoas que conseguem mobilizar outros indivíduos e organizações para lutar por uma causa, utilizando diversas estratégias (pretextos, petições, manifesto, mídias sociais etc.). Eles buscam mudanças sociais, significativas e duradouras, contribuindo para a construção de sociedades mais justas democráticas e inclusivas.

Nesse sentido, Brutscher (2017), diz que a educação popular consegue contribuir metodologicamente para que os oprimidos, objetos de injustiça social recuperem a esperança e a condição de sujeitos da própria história. Os movimentos sociais eclodem de práticas que, ao se atualizarem ou contradizerem determinantes da vida coletiva, transformam o tecido social. Não se deve destacar somente as mobilizações a partir de uma vertente economicista, pois as motivações podem integrar a dimensão política, cultural e a vida cotidiana.

Vale salientar que os movimentos sociais surgiram como resultado da insatisfação de grupos de pessoas com a forma como eram tratados na sociedade. Eles se desenvolvem quando o sistema político e econômico de uma sociedade não atende às necessidades e expectativas de determinados grupos, gerando assim, desigualdade, discriminação, injustiça e opressão.

A educação popular é a expressão pedagógica dos movimentos e como tal é aliada na conquista de direitos políticos e civis. Ao mesmo tempo, enquanto processo pedagógico ela é também uma instância formadora e orientadora da sociedade e dos próprios movimentos sociais.

Arroyo, Caldart e Molina (2009), apontam o descaso em que a educação das populações marginalizadas esteve submetida historicamente, cuja finalidade, em muitos casos, não ultrapassou o ensino de técnicas de plantio e colheita no manuseio da terra, no campo e/ou, a dinâmica fabril nas cidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto aos resultados, a elaboração e a conclusão apresentadas neste artigo tem como finalidade mostrar a importância que os territórios de resistências têm dentro da educação popular nos movimentos sociais. É a partir da escola como ferramenta de garantia de direitos que essas pessoas têm conhecimento e contato com as políticas públicas. Os movimentos sociais canalizam forças com o intuito de impedir o atraso das conquistas já adquiridas pelos trabalhadores.

O estudo mostra que uma das funções da escola é trabalhar com os processos de percepção e de formação de identidade, no sentido de ajudar a construir a visão que a pessoa tem de si mesma, de trabalhar os vínculos das pessoas com identidades coletivas, social, identidade de gênero, de cultura, de povo, de nação. Têm-se que avançar na construção de uma educação popular, progressista, democrática e libertadora tornando a escola o principal lugar de lutas e de conscientização popular para a sua expansão e transformação social.

A pesquisa apresenta uma reflexão que diz respeito à necessidade política e pedagógica de se pensar o movimento social como uma das matrizes pedagógicas fundamentais no projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos. Dessa maneira, há uma ligação muito profunda na formação dos movimentos sociais com a educação popular. Todo movimento, oferece, dentro de seus entremeios de formação um tipo de educação, que não se restringe somente a educação formal e informal, e que pode ser entendida na visão de Paulo Freire (2006, p. 45):

É preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue.

Nesse sentido, os movimentos sociais e a educação se somam para ajudar na construção de melhorias nas vidas das pessoas, principalmente os mais pobres.

O artigo apresenta a relevância da educação popular e dos movimentos sociais ao longo da história baseando-se na ação de luta da sociedade; ações determinantes que influenciam a concretização da práxis pedagógica. Essa práxis se origina na educação popular, ou seja, na aplicabilidade social do povo, para o povo.

Nesse sentido, Paula (2009, p. 6136), afirma que a educação popular nasceu no Brasil na década de 20 com o manifesto dos Pioneiros, com a Escola Nova onde os intelectuais brasileiros pregavam uma educação popular para todos. Todavia, somente na década de 60, devido ao processo de industrialização e urbanização, é que o Brasil começou a se preocupar com os altos índices de analfabetismo de jovens e adultos das classes populares em função da necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho.

Assim, os movimentos migratórios das pessoas em busca de melhores condições de vida eram constantes e este aspecto fez com que o Estado repensasse as políticas educacionais para as classes populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar os territórios de resistências dentro da educação popular nos movimentos sociais. Vale destacar que mesmo com tantos avanços nas políticas públicas voltadas para essas populações, ainda é muito precária as ações em diferentes patamares. Uma vez que é importante defender uma política nacional a partir de diálogo em diversas esferas e setores da gestão do governo federal, estadual e municipal, como também organizações sociais.

O estudo aponta a necessidade de materializar políticas e ações para a educação popular e movimentos sociais mais eficazes.

Assim, à medida que se eleva a consciência do povo sobre seus direitos, novas políticas públicas são exigidas justificando-se o fato de serem os movimentos os grandes educadores coletivos da nova consciência política dos direitos.

Portanto, é urgente uma ampla análise e diálogo, um debate permanente e aprofundado para que a escola não seja tratada de maneira isolada, mas como parte e instrumento que possibilite um projeto de sociedade, onde a educação seja transformadora e capaz de mudar a vida das pessoas que mais precisam dela.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.; CARLDART, R. S.; MOLINA, M. C (Org.). **Por uma educação do campo**. 4 ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BRANDÃO, C. R. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, p. 26. 1986.

BRUTSCHER, V. Discursos da educação popular contemporânea: encontros com Michel Foucault e Paulo Freire. 2017. 252 f. **Tese (Doutorado em Educação)** – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9874/2/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

FREIRE, P. **Política e Educação**. 8a Ed. São Paulo: Villa das Letras., p. 43. 2003.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, p. 19. 2002.

FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3a ed.; São Paulo: Centauro, p. 45. 2006.

FOUCAULT, MICHEL. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOHN, M. da G. **Terceiro Setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, p. 66. 2000.

MOURA, D, L. **Pesquisa Qualitativa: Um guia prático para pesquisadores iniciantes**. Editora CRV, Curitiba – Brasil, p. 27. 2021.

PAULA, E. M. A. T. **Educação popular, educação não formal e pedagogia social: análise de conceitos e implicações para educação brasileira e formação de professores.**, p. 6136. 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2103_1034.pdf. Acesso: 25 de mai. 2023.

POUPEAU, FRANK. **Dominacion y Movilizacines**. Córdoba: Frreyra Editor, 2007.

STREK, D. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte, MG: Autêntica. 2012.

TARLAU, R. **Ocupar Escolas, Ocupar Terras: Como o MST transformou a educação brasileira**. 1ª edição. Outras Expressões. São Paulo. 2023.